Governo do Estado de Roraima
Instituto de Previdência do Estado de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

ATA

ATA DA 742ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Aos 03 dias do mês de setembro de 2026, às 14h, realizou-se reunião por meio de videoconferência, com a participação conjunta dos membros do Comitê de Investimentos - COINV do Instituto de Previdência do Estado de Roraima - IPER, com a finalidade de apresentar o **Relatório de Acompanhamento de Fundo de Investimento – Geração de Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.**

1. PRESENÇAS

Participaram da reunião os membros abaixo relacionados:

- Bruno Conti Sequeira Leite e Silva - **Presidente**;
- Patrik Coelho de Oliveira - **Membro**;
- Kelvem Márcio Melo de Almeida - **Membro**;
- Rodrigo Alves Lopes- **Membro**
- Sissi Maria Passelli Terossi - **Membro**; e
- Jairo Pereira da Silva - **Secretário**.

2. ORDEM DO DIA

- Informes administrativos;
- Retorno de Rodrigo Alves ao Comitê de Investimentos; e
- Apresentação e análise do Relatório de Acompanhamento de Fundo de Investimento – Geração de Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, CNPJ nº 11.490.580/0001-69, competência maio de 2026.

3. DESENVOLVIMENTO

Aberta a reunião, foram tratados inicialmente informes administrativos e, na sequência, registrado o retorno do membro Rodrigo Alves Lopes ao Comitê de Investimentos**,** após período em que esteve exercendo atribuições junto à Previdência. O Presidente deu as boas-vindas ao membro, que agradeceu a recepção e manifestou sua disposição em contribuir novamente com as atividades e manifestações do Comitê.

Em seguida, o membro Kelvem Márcio Melo de Almeida realizou a apresentação do **Relatório de Acompanhamento do Geração de Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, referente à competência de maio de 2026, esclarecendo que o documento tem por objetivo subsidiar o acompanhamento do investimento pelo Comitê, considerando a situação

de liquidação do fundo, seu patrimônio líquido negativo, a situação econômico-financeira das sociedades investidas, os passivos e contingências existentes e os elementos relacionados à eventual recuperação dos recursos investidos.

Durante a apresentação, foram examinadas informações constantes de documentos públicos disponibilizados pela Comissão de Valores Mobiliários-CVM, bem como informações gerenciais e demais documentos relacionados ao fundo e às sociedades investidas. Foram abordadas a identificação e situação cadastral do fundo, a composição da carteira, a evolução do patrimônio líquido, a disponibilidade financeira, os passivos e contingências, as demonstrações financeiras, as auditorias e os aspectos relacionados à arbitragem em andamento.

Quanto à situação patrimonial, foi destacado que o fundo permanece em **processo de liquidação**, sem disponibilidade financeira própria, apresentando patrimônio líquido negativo. Foi ressaltado que a variação positiva observada em relação à competência anterior decorreu principalmente de movimentos contábeis relacionados aos passivos, não devendo ser interpretada como recuperação econômica do investimento.

Também foi apresentada a situação das sociedades integrantes do grupo investido, destacando-se a existência de recursos em caixa nas sociedades, os quais não se confundem com disponibilidade financeira direta do fundo e permanecem sujeitos às obrigações, passivos e contingências das próprias investidas. Foram mencionadas, ainda, negociações relacionadas a obrigações das sociedades e seus potenciais impactos sobre os recursos disponíveis.

Outro ponto de destaque foi a arbitragem envolvendo o antigo gestor e o antigo administrador, considerada elemento relevante para eventual recuperação financeira do investimento. Foi informado que a arbitragem conta com financiamento específico e que eventual resultado favorável não representará necessariamente disponibilidade integral de recursos aos cotistas, em razão das obrigações previstas na estrutura contratual de financiamento.

Foram igualmente abordadas as demonstrações financeiras e auditorias, destacando-se a existência de pendências relacionadas às demonstrações financeiras de transição de 2021 e a necessidade de acompanhamento da conclusão das auditorias das sociedades investidas, especialmente quanto a eventuais ressalvas, incertezas relevantes, contingências, recuperação de ativos e demais eventos capazes de produzir efeitos sobre a situação econômico-financeira do investimento.

Na sequência, foi apresentada a avaliação consolidada dos risco **s**, considerando a situação de liquidação do fundo, a ausência de caixa próprio, o patrimônio líquido negativo, a inexistência de receitas operacionais relevantes, os passivos e contingências das sociedades investidas, a arbitragem em andamento e a incerteza quanto à eventual recuperação financeira.

Ao final da exposição, o Relator destacou que, na competência analisada, não foram identificados elementos técnicos suficientes para atribuir valor determinado à eventual recuperação financeira do investimento, permanecendo necessária a manutenção de acompanhamento prudencial, diligência continuada, conciliação das informações patrimoniais e acompanhamento dos elementos jurídicos capazes de produzir impactos sobre a recuperabilidade do investimento.

Durante os debates, os membros também discutiram a periodicidade e a estrutura dos relatórios de acompanhamento. Foi observado que o relatório apresentado possui caráter mais abrangente em razão do período transcorrido sem acompanhamento formal consolidado, tendo sido sugerida a adoção de uma periodicidade que permita ao Comitê acompanhar, de maneira objetiva e efetiva, as alterações relevantes relacionadas ao investimento.

Nesse contexto, foi discutida a possibilidade de adoção de acompanhamento trimestral, considerando que os fatos relevantes relacionados ao investimento possuem, em grande medida, natureza jurídica e não necessariamente ocorrem mensalmente. Os membros concordaram

quanto à necessidade de avaliar a estrutura do relatório e promover eventuais ajustes para torná-lo mais objetivo e funcional ao acompanhamento realizado pelo Comitê.

4. DELIBERAÇÕES/ENCAMINHAMENTOS

Ao final da reunião, foram definidos os seguintes encaminhamentos:

• Analisar individualmente o relatório apresentado, bem como os documentos constantes do processo, podendo os membros apresentar sugestões, críticas e propostas de ajustes quanto ao conteúdo e à estrutura do documento;

• Avaliar os itens e recomendações constantes do relatório, especialmente aqueles que envolvam providências a serem eventualmente adotadas pelo Comitê ou pela Administração, com o objetivo de verificar sua pertinência e adequação ao acompanhamento efetivo do investimento;

• Avaliar a possibilidade de adoção de acompanhamento trimestral dos relatórios, ficando a definição da periodicidade sujeita à análise dos membros e posterior deliberação do Comitê;

• Compartilhar as sugestões e observações decorrentes da análise individual dos membros, para consolidação dos ajustes necessários ao relatório e à metodologia de acompanhamento do investimento; e

• Manter o acompanhamento especial e a diligência continuada quanto ao investimento, especialmente em relação à situação de liquidação do fundo, ao patrimônio líquido negativo, às contingências das sociedades investidas, às demonstrações financeiras pendentes, às auditorias e aos desdobramentos da arbitragem.

5. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às 14h:46. Para constar, eu, Jairo Pereira da Silva, Secretário do Comitê de Investimentos – COINV, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros presentes.

Documento assinado eletronicamente por **Bruno Conti Sequeira Leite e Silva**, **Presidente do Comitê de Investimento**, em 29/09/2026, às 13:14, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Alves Lopes**, **Membro do COINVEST**, em 30/09/2026, às 08:31, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Kelvem Márcio Melo de Almeida**, **Membro do COINVEST**, em 01/10/2026, às 09:25, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Sissi Maria Passelli Terossi**, **Membro do COINVEST**, em 01/10/2026, às 09:32, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Patrik Coelho de Oliveira**, **Membro do COINVEST**, em 19/10/2026, às 11:27, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Jairo Pereira da Silva**, **Secretário do COINVEST**, em 10/11/2026, às 22:31, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço https://sei.rr.gov.br/autenticar informando o código verificador **24222987** e o código CRC **E17E92A4**.

Governo do Estado de Roraima
Instituto de Previdência do Estado de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

ATA

ATA DA 743ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Aos 15 dias do mês de setembro de 2026, às 13h48min, realizou-se reunião por meio de videoconferência, com a participação dos membros do Comitê de Investimentos - COINV do Instituto de Previdência do Estado de Roraima - IPER, com a finalidade de tratar da **análise da Nota Técnica referente à aplicação dos recursos provenientes do encerramento do Fundo Vértice 2026 do Plano Financeiro, com proposta de realocação para o Fundo Vértice 2028.**

1. PRESENÇAS

Participaram da reunião os membros abaixo relacionados:

- Bruno Conti Sequeira Leite e Silva - **Presidente**;
- Patrik Coelho de Oliveira - **Membro**;
- Kelvem Márcio Melo de Almeida - **Membro**;
- Rodrigo Alves Lopes- **Membro**
- Sissi Maria Passelli Terossi - **Membro**; e
- Jairo Pereira da Silva - **Secretário**.

2. ORDEM DO DIA

- Informes administrativos;
- Informações acerca da composição e dos períodos de mandato dos membros dos Comitês e Conselhos;
- Situação da vaga destinada ao Ministério Público junto ao Comitê de Investimentos; e
- Apresentação e análise da Nota Técnica referente à aplicação dos recursos provenientes do encerramento do Fundo Vértice 2026 do Plano Financeiro, com proposta de realocação para o BB Previdenciário Renda Fixa Títulos Públicos Vértice Especial 2028.

3. DESENVOLVIMENTO

Aberta a reunião, foram tratados inicialmente informes administrativos e questões relacionadas à composição dos colegiados e aos períodos de mandato de seus membros. Ainda no início da reunião, os membros Kelvem Márcio Melo de Almeida, Rodrigo Alves Lopes e Sissi Maria Passelli Terossi trataram da alteração dos períodos de mandato dos membros dos Comitês e Conselhos, buscando esclarecer as datas de encerramento dos respectivos mandatos e a forma como os períodos foram ajustados pela regulamentação vigente.

Foi destacado que os membros se encontram organizados em grupos com períodos distintos de encerramento dos mandatos, sendo necessária a confirmação das respectivas datas para

possibilitar o planejamento antecipado dos procedimentos de renovação, especialmente considerando o prazo necessário para abertura e conclusão dos processos de seleção. Também foi discutida a possibilidade de recondução dos membros, tendo sido esclarecido que, atualmente, não haveria vedação à indicação de membro para novo período, embora esteja sendo estudada a possibilidade de instituição de interstício para futuras reconduções.

Na sequência, foi abordada a situação da vaga destinada ao Ministério Público junto ao Comitê, em razão do desligamento de membro anteriormente indicado. O Presidente Bruno Conti Sequeira Leite e Silva informou a intenção de encaminhar comunicação ao Ministério Público para providências quanto à indicação de novo representante, tendo sido ressaltada a necessidade de observância do prazo previsto para a indicação. Também foi discutida a situação das certificações exigidas para o exercício das funções, inclusive quanto à possibilidade de eventual indicação de servidor do Instituto, caso não ocorra a indicação pelo órgão competente dentro do prazo estabelecido.

Em seguida, passou-se à pauta principal da reunião, referente à Nota Técnica que trata da aplicação dos recursos provenientes do encerramento do Fundo Vértice 2026, cujo vencimento ocorreu em 15 de agosto de 2026. Foi informado que os recursos decorrentes do vencimento, no montante aproximado de R$ 16.287.000,00, foram creditados na conta do Instituto no mês de agosto e, enquanto aguardavam a apreciação da matéria pelos órgãos competentes, permaneceram aplicados em DI.

O Presidente esclareceu, ainda, que a apreciação da matéria pelo colegiado responsável pelo Plano Militar encontrava-se prejudicada naquele momento em razão do encerramento dos mandatos de seus membros. Conforme manifestação constante dos autos, o referido colegiado informou a impossibilidade de deliberar sobre a matéria até a recomposição de sua composição. Diante disso, o COINV procederia à análise da Nota Técnica no âmbito de sua competência, permanecendo a efetivação da movimentação condicionada aos procedimentos e manifestações dos órgãos competentes.

Na sequência, foi apresentada a proposta de realocação integral dos recursos provenientes do encerramento do Fundo Vértice 2026 para o Fundo BB Previdenciário Renda Fixa Títulos Públicos Vértice Especial 2028, mantendo-se a mesma estratégia de investimento anteriormente adotada. Foi destacado que a operação consiste na rolagem dos recursos do vértice com vencimento em 2026 para o vértice com vencimento em 2028, representando continuidade da estratégia de investimento, sem alteração substancial da natureza da exposição da carteira.

Durante a apresentação, foram abordadas as características do fundo de destino, destacando-se sua estratégia de renda fixa, com exposição predominantemente em títulos públicos federais, aplicação mínima, ausência de carência, taxa de administração de 0,06% e enquadramento na regulamentação aplicável aos investimentos dos RPPS. Também foi apresentada a expectativa de rentabilidade do fundo, vinculada à estratégia de títulos públicos e à referência de IPCA + 5%, conforme informações constantes da Nota Técnica.

Quanto à estratégia de investimento, foi destacado que a movimentação proposta mantém características de previsibilidade e reduzida volatilidade, além de apresentar aderência ao perfil dos passivos de curto e médio prazo. Ressaltou-se que a aplicação no vértice 2028 permite a continuidade da alocação dos recursos em instrumento com prazo definido, promovendo extensão moderada do horizonte de vencimento, sem alongamento excessivo da carteira.

Também foi analisada a aderência da proposta ao ALM e à Política de Investimentos, considerando que a movimentação mantém os recursos no segmento de renda fixa e busca compatibilizar o horizonte dos ativos com as obrigações do plano. Foi ressaltada a importância da destinação eficiente dos recursos provenientes do vencimento do Fundo Vértice 2026, evitando sua permanência sem destinação compatível com o planejamento da carteira e buscando a continuidade da rentabilização dos recursos.

Na sequência, foi apresentado o cenário econômico considerado na análise, destacando-se a

manutenção da taxa Selic em 14% ao ano, a perspectiva de redução gradual da taxa básica de juros e os dados recentes de inflação. Foi mencionado que o IPCA apresentou variação negativa de 0,32% em agosto, acumulando aproximadamente 4,22% nos últimos doze meses, bem como a expectativa de inflação para o encerramento do exercício, conforme dados apresentados a partir do Boletim Focus. Nesse contexto, foi destacada a manutenção da renda fixa como componente relevante da estratégia de investimentos, considerando o cenário de juros ainda elevados.

Ao final da análise, foi destacado que a movimentação dos recursos do Fundo Vértice 2026 para o Vértice 2028 representa continuidade da estratégia de alocação, mediante extensão moderada do horizonte de investimento, preservando a previsibilidade e buscando equilíbrio entre prazo, risco, liquidez e rentabilidade, em consonância com a Política de Investimentos e com as necessidades de fluxo do Plano Financeiro.

4. DELIBERAÇÕES/ENCAMINHAMENTOS

Ao final da reunião, foram definidos os seguintes encaminhamentos:

• Registrar a análise da Nota Técnica referente à aplicação dos recursos provenientes do encerramento do Fundo Vértice 2026 do Plano Financeiro, com proposta de realocação para o BB Previdenciário Renda Fixa Títulos Públicos Vértice Especial 2028;

• Registrar que o Comitê de Investimentos considerou viável a movimentação proposta, tendo em vista a continuidade da estratégia de investimento, a manutenção da exposição em renda fixa e títulos públicos e a compatibilidade da operação com a Política de Investimentos vigente;

• Registrar que os recursos provenientes do encerramento do Fundo Vértice 2026, no montante aproximado de R$ 16.287.000,00, permaneciam aplicados em DI enquanto aguardavam a definição quanto à sua destinação;

• Aguardar a recomposição do colegiado responsável pelo Plano Financeiro/Militar, em razão do encerramento dos mandatos de seus membros, para posterior apreciação da matéria no âmbito de suas competências;

• Realizar a verificação dos aspectos formais e de redação da Nota Técnica, sem alteração do conteúdo analisado pelo Comitê, pelo membro Kelvem Márcio Melo de Almeida, com comunicação aos demais membros caso sejam identificadas necessidades de ajustes;

• Adotar as providências necessárias para comunicação ao Ministério Público acerca da vaga destinada ao órgão junto ao Comitê de Investimentos, visando à indicação de novo representante, observados os procedimentos e prazos aplicáveis;

• Manter o acompanhamento dos recursos provenientes do encerramento do Fundo Vértice 2026 até a efetivação da destinação aprovada, observados os procedimentos e manifestações dos órgãos competentes; e

• Dar continuidade ao acompanhamento da estratégia de rolagem dos investimentos em fundos de vértice, especialmente quanto à compatibilidade dos prazos de vencimento, rentabilidade, risco, liquidez, Política de Investimentos e necessidades de fluxo do Plano Financeiro.

5. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às 14h35min. Para constar, eu, Jairo Pereira da Silva, Secretário do Comitê de Investimentos – COINV, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros presentes.

Documento assinado eletronicamente por **Bruno Conti Sequeira Leite e Silva**, **Presidente do Comitê de Investimento**, em 29/09/2026, às 13:04, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Alves Lopes**, **Membro do COINVEST**, em 30/09/2026, às 08:31, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Kelvem Márcio Melo de Almeida**, **Membro do COINVEST**, em 01/10/2026, às 09:25, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Sissi Maria Passelli Terossi**, **Membro do COINVEST**, em 01/10/2026, às 09:32, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Patrik Coelho de Oliveira**, **Membro do COINVEST**, em 19/10/2026, às 11:27, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Jairo Pereira da Silva**, **Secretário do COINVEST**, em 10/11/2026, às 22:33, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço https://sei.rr.gov.br/autenticar informando o código verificador **24326162** e o código CRC **551355C4**.

Governo do Estado de Roraima
Instituto de Previdência do Estado de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

ATA

ATA DA 744ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Aos 24 dias do mês de setembro de 2026, às 14h45min, realizou-se reunião por meio de videoconferência, com a participação dos membros do Comitê de Investimentos - COINV do Instituto de Previdência do Estado de Roraima - IPER, com a finalidade de tratar da **análise do Relatório Mensal de Investimentos referente ao mês de agosto de 2026**, bem como de outros assuntos relacionados ao acompanhamento dos investimentos do Instituto.

1. PRESENÇAS

Participaram da reunião os membros abaixo relacionados:

- Bruno Conti Sequeira Leite e Silva - **Presidente**;
- Kelvem Márcio Melo de Almeida - **Membro**;
- Rodrigo Alves Lopes - **Membro**;
- Sissi Maria Passelli Terossi - **Membro**; e
- Jairo Pereira da Silva - **Secretário**.

2. ORDEM DO DIA

- Apresentação e análise do Relatório Mensal de Investimentos referente ao mês de agosto de 2026;
- Análise do desempenho das carteiras dos Fundos Previdenciários Civil e Militar;
- Verificação da rentabilidade, riscos, liquidez e enquadramento dos investimentos em relação à Política de Investimentos e à Resolução CMN nº 5.272/2025;
- Deliberação acerca da aprovação do Relatório Mensal de Investimentos referente a agosto de 2026;
- Informes e encaminhamentos referentes ao relatório de acompanhamento dos fundos estressados; e
- Outros assuntos relacionados ao acompanhamento dos investimentos.

3. DESENVOLVIMENTO

Aberta a reunião, o Presidente Bruno Conti Sequeira Leite e Silva deu início aos trabalhos, informando que a pauta principal consistiria na apresentação dos resultados dos investimentos referentes ao mês de agosto de 2026, a ser realizada pela relatora Sissi Maria Passelli Terossi.

Na sequência, a relatora apresentou o parecer referente ao Relatório Mensal de Investimentos, destacando que o Comitê de Investimentos procedeu à análise e ao monitoramento mensal da rentabilidade e dos riscos das operações financeiras realizadas com os recursos dos regimes previdenciários e do Sistema de Proteção Social dos Militares, em conformidade com as atribuições legais e com as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos para o exercício de 2026.

Foi informado que a análise utilizou como base os demonstrativos de rendimento e os relatórios mensais referentes ao mês de agosto de 2026, fornecidos pela Diretoria de Investimentos e Arrecadação, tendo como objetivo verificar a conformidade dos investimentos com a legislação vigente, especialmente a Resolução CMN nº 5.272/2025.

Quanto ao cenário macroeconômico, foi apresentado que, no mês de agosto de 2026, o ambiente internacional permaneceu marcado por postura cautelosa dos agentes econômicos, em razão das tensões geopolíticas e da volatilidade moderada nos mercados centrais. No cenário doméstico, foi destacada a trajetória de desaceleração inflacionária, proporcionando ambiente favorável aos ativos de renda fixa. Também foi ressaltado que a política monetária permaneceu orientada para a convergência dos índices de preços às metas estabelecidas, favorecendo o desempenho dos títulos públicos federais e dos fundos referenciados ao CDI.

Em relação à composição da carteira, destacou-se a elevada concentração dos recursos no segmento de renda fixa, considerada compatível com a estratégia de preservação do patrimônio, redução da volatilidade e manutenção da liquidez necessária para o cumprimento das obrigações previdenciárias.

Na análise dos resultados de agosto de 2026, foi apresentado que as carteiras de investimentos do IPER demonstraram desempenho positivo. O Fundo Previdenciário Civil encerrou o período com patrimônio aproximado de R$ 7,94 bilhões e rentabilidade mensal de 1,13%, enquanto o Fundo Previdenciário Militar apresentou patrimônio aproximado de R$ 649,13 milhões e rentabilidade de 1,11%, conforme dados constantes do relatório apresentado.

Durante a apresentação, foram conferidos alguns valores constantes das tabelas do relatório, especialmente aqueles relacionados às aplicações, resgates e saldos das carteiras. O membro Rodrigo Alves Lopes realizou verificações nos dados consolidados, sendo identificada a necessidade de ajuste no valor dos resgates, inclusive com a consideração dos valores relativos às amortizações.

Na sequência, foi apresentada a evolução do patrimônio consolidado da carteira de investimentos do IPER, que atingiu aproximadamente R$ 8,59 bilhões em agosto de 2026, representando crescimento em relação ao saldo registrado no mês de julho. Foi ressaltado que a evolução decorreu principalmente do desempenho positivo dos fundos de renda fixa, que representam a maior parcela da carteira consolidada.

Quanto ao desempenho por segmento, foi destacado que os ativos de renda fixa permaneceram como a principal fonte de resultado da carteira no mês de agosto. Foram mencionados, entre outros, fundos de renda fixa e fundos de vértice que apresentaram resultados positivos no período.

Em relação à renda variável, foi informado que a exposição permaneceu reduzida, representando aproximadamente 0,52% do patrimônio da carteira civil e 0,24% da carteira militar. Os fundos de

ações apresentaram leve retração no mês, acompanhando as oscilações do mercado acionário, sem produzir impacto relevante sobre o resultado global das carteiras.

Também foi abordada a participação em crédito privado e em fundos estruturados, destacando-se que essas exposições permanecem residuais e sob acompanhamento periódico, não tendo sido identificados impactos relevantes sobre o desempenho das carteiras no período.

Na apresentação das perspectivas para os próximos meses, foi destacado o cenário de continuidade da desaceleração inflacionária no ambiente doméstico e de cautela no cenário internacional. A manutenção de juros em patamares elevados foi apontada como fator favorável aos ativos pós-fixados e aos títulos públicos federais, enquanto os fundos indexados à inflação permanecem sujeitos às condições de mercado e às expectativas relacionadas à inflação.

Foi ressaltado que a estratégia de gestão permanece defensiva, com posições reduzidas em renda variável e crédito privado, priorizando a preservação do patrimônio, a liquidez e a mitigação da volatilidade. Também foi destacado que a maior parte do patrimônio permanece concentrada em renda fixa de elevada liquidez e baixo risco de crédito.

Ao final da apresentação, a relatora destacou que, conforme a análise constante do relatório, as carteiras dos Fundos Previdenciários Civil e Militar apresentaram desempenho positivo no mês de agosto de 2026, com rentabilidades superiores às respectivas metas atuariais mensais. Também foi informado que os investimentos permanecem enquadrados na regulamentação vigente e na Política de Investimentos, sem identificação de situações capazes de comprometer a segurança e a liquidez dos recursos previdenciários.

Após a análise e discussão, o Relatório Mensal de Investimentos referente ao mês de agosto de 2026 foi **aprovado por unanimidade pelos membros presentes do Comitê de Investimentos**, conforme manifestação registrada pela relatora.

Na sequência, o membro Kelvem Márcio Melo de Almeida apresentou assunto adicional relacionado ao relatório de acompanhamento dos fundos estressados, referente ao acompanhamento realizado no dia 3. Informou que havia solicitado aos demais membros a análise de alguns pontos do documento, com o objetivo de verificar a necessidade de adequações e concluir a revisão do relatório.

Foi acordado que os membros realizariam a análise dos pontos indicados e que o assunto seria retomado em reunião posterior, com previsão de finalização do relatório na semana seguinte.

Ainda nesse contexto, o membro Kelvem Márcio Melo de Almeida informou ter tomado conhecimento de notícias recentes envolvendo operações de órgãos de investigação e instituições relacionadas ao mercado financeiro, mencionando nomes de instituições que constam do relatório de acompanhamento. Ressaltou que a informação deveria ser verificada com maior segurança, especialmente quanto à eventual repercussão sobre as instituições acompanhadas pelo IPER.

Diante disso, foi sugerido que a unidade responsável pelo recebimento e acompanhamento dos relatórios mensais verificasse a procedência das informações e eventual impacto sobre os investimentos ou sobre as instituições acompanhadas, bem como que fosse avaliada a necessidade de providências adicionais.

Por fim, foram tratados aspectos relacionados ao calendário das próximas reuniões, incluindo a possibilidade de realização de reunião com o CEP e de reunião específica com o colegiado militar, além da conclusão do relatório de acompanhamento dos fundos estressados.

4. DELIBERAÇÕES/ENCAMINHAMENTOS

Ao final da reunião, foram definidos os seguintes encaminhamentos:

• Aprovar, por unanimidade, o Relatório Mensal de Investimentos referente ao mês de agosto de 2026, após análise dos resultados das carteiras dos Fundos Previdenciários Civil e Militar;

• Proceder aos ajustes finais de formatação e conferência dos dados constantes do relatório, especialmente quanto aos valores de aplicações, resgates e amortizações;

• Registrar que o Relatório Mensal de Investimentos referente a agosto de 2026 deverá permanecer acompanhado dos respectivos demonstrativos e documentos que fundamentaram a análise;

• Dar continuidade à revisão do relatório de acompanhamento dos fundos estressados, considerando os pontos de conferência apresentados pelo membro Kelvem Márcio Melo de Almeida;

• Realizar a verificação das informações divulgadas recentemente na imprensa acerca de operações envolvendo instituições mencionadas no acompanhamento dos investimentos, avaliando eventual repercussão sobre os investimentos ou sobre as instituições acompanhadas pelo IPER;

• Solicitar, junto à unidade responsável pelo recebimento e acompanhamento dos relatórios mensais, a verificação da procedência das informações e de eventual necessidade de providências;

• Retomar, em reunião posterior, a análise e conclusão do relatório de acompanhamento dos fundos estressados; e

• Dar continuidade ao calendário de reuniões e apresentações previstas para o encerramento do mês de setembro de 2026.

5. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião após aproximadamente 15:15 minutos de duração. Para constar, eu, Jairo Pereira da Silva, Secretário do Comitê de Investimentos – COINV, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Conti Sequeira Leite e Silva**, **Presidente do Comitê de Investimento**, em 29/09/2026, às 13:01, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Alves Lopes**, **Membro do COINVEST**, em 30/09/2026, às 08:32, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Kelvem Márcio Melo de Almeida**, **Membro do COINVEST**, em 01/10/2026, às 09:25, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Sissi Maria Passelli Terossi**, **Membro do COINVEST**, em 01/10/2026, às 09:32, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Patrik Coelho de Oliveira**, **Membro do COINVEST**, em 19/10/2026, às 11:25, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Jairo Pereira da Silva**, **Secretário do COINVEST**, em 10/11/2026, às 22:52, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço https://sei.rr.gov.br/autenticar informando o código verificador **24406379** e o código CRC **E18A7E54**.

Governo do Estado de Roraima
Instituto de Previdência do Estado de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

ATA

ATA DA 745ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - COINV E DO CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA - CEPRE

Aos 28 dias do mês de setembro de 2026, às 15h10min, realizou-se, por meio de videoconferência, a 745ª Reunião Ordinária Conjunta do Comitê de Investimentos – COINV e do Conselho Estadual de Previdência – CEPRE, com a participação dos membros do Comitê e dos Conselheiros do CEPRE, conforme registro de presença. Após a verificação do quórum, o Presidente do Comitê de Investimentos declarou aberta a reunião e deu boas-vindas aos presentes. A reunião teve como pauta a apresentação do **Relatório de Investimentos referente ao mês de agosto de 2026.**

1. PRESENÇAS

Participaram da reunião os membros abaixo relacionados:

- Bruno Conti Sequeira Leite e Silva - **Presidente**;
- Patrik Coelho de Oliveira - **Membro**;
- Kelvem Márcio Melo de Almeida - **Membro**;
- Sissi Maria Passelli Terossi - **Membro**; e
- Jairo Pereira da Silva - **Secretário**.

Também participaram os demais membros do Conselho Estadual de Previdência

3. ORDEM DO DIA

- Apresentação do **Relatório de Investimentos referente ao mês de agosto de 2026**;
- Análise dos resultados, rentabilidade, composição, enquadramento e indicadores de risco da carteira de investimentos do Instituto.

4. DESENVOLVIMENTO

O Presidente do Comitê de Investimentos, Bruno Conti Sequeira Leite e Silva, declarou aberta a reunião e informou que a pauta consistia na apresentação dos resultados dos investimentos da carteira do Instituto referentes ao mês de agosto de 2026. Em seguida, passou a palavra ao membro Rodrigo Alves Lopes, responsável pela apresentação do Relatório de Investimentos.

O membro Rodrigo Alves Lopes iniciou a apresentação destacando os principais resultados financeiros e a composição da carteira de investimentos do Instituto no mês de agosto de 2026. Informou que, ao final do período, o patrimônio total sob gestão atingiu aproximadamente R$ 7,94 bilhões, mantendo a trajetória de crescimento observada ao longo do exercício. A rentabilidade

acumulada no ano alcançou 8,96%, frente à meta de 7,02%, correspondendo a 127,64% da meta.

Foi destacado que a estratégia de investimentos permanece pautada pela prudência e segurança, com 99,48% dos recursos alocados em renda fixa, observando os limites estabelecidos na Política de Investimentos vigente. Também foi apresentada a evolução do patrimônio durante o mês, considerando as aplicações, resgates, amortizações e os rendimentos obtidos no período.

Na análise da rentabilidade, foi informado que, em agosto de 2026, os rendimentos alcançaram aproximadamente R$ 87,83 milhões, correspondendo a uma rentabilidade de 1,30%, enquanto a meta atuarial mensal foi de aproximadamente 0,15%, representando um atingimento de 753,3% da meta mensal. No acumulado do ano, a rentabilidade de 8,96%, frente à meta de 7,02%, representava 127,64% da meta, com ganho financeiro acumulado de aproximadamente R$ 646,23 milhões.

Em relação à distribuição dos recursos por administradores, foi informado que o Banco do Brasil concentrava aproximadamente 71,73% dos recursos do Instituto sob administração, enquanto a Caixa Econômica Federal representava aproximadamente 21,98%. Os títulos públicos marcados na curva correspondiam a aproximadamente 6,19% da carteira.

Quanto à distribuição dos recursos por segmentos, foi apresentada a predominância de investimentos em renda fixa, destacando-se os fundos de renda fixa e títulos públicos. O segmento de fundos de renda fixa composto por títulos públicos apresentava saldo aproximado de R$ 7,39 bilhões, representando 98,18% da carteira. A participação em renda variável permanecia reduzida, conforme demonstrado na apresentação.

Na sequência, foram apresentadas as principais posições da carteira e suas respectivas rentabilidades no mês, com destaque para os investimentos vinculados ao CDI e aos títulos públicos indexados à inflação. Rodrigo explicou que o desempenho positivo da carteira em agosto esteve relacionado principalmente à concentração em investimentos de renda fixa e ao cenário econômico observado no período.

Em relação aos títulos públicos adquiridos diretamente e mantidos marcados na curva, foi informado que a carteira possuía aproximadamente R$ 491,32 milhões, distribuídos em títulos com vencimentos entre 2045 e 2060. A rentabilidade apresentada no mês foi de aproximadamente 0,42%, com taxa média de aquisição de IPCA + 6,41% ao ano. Foi ressaltada a importância desses investimentos como instrumento de estabilidade e previsibilidade para a carteira previdenciária.

Também foi apresentado o quadro de conformidade das aplicações em relação à Política de Investimentos para o exercício de 2026 e à Resolução CMN nº 5.272/2025, sendo informado que os segmentos da carteira se encontravam enquadrados nos limites estabelecidos pela regulamentação e pela Política de Investimentos aprovada.

No tocante aos indicadores de risco, foram apresentados o VaR de 2,35%, considerando nível de confiança estatística de 95%, e a volatilidade anualizada de 0,94%, além de drawdown máximo de aproximadamente -0,31%. Foi ressaltado o caráter conservador da carteira e a baixa exposição aos ativos de maior volatilidade.

Quanto ao cenário macroeconômico, Rodrigo destacou a ocorrência de deflação do IPCA de -0,28% no mês de agosto e a manutenção da taxa SELIC em 14% ao ano, fatores que contribuíram para o desempenho dos investimentos de renda fixa. Nesse cenário, a carteira alcançou rentabilidade mensal de 1,30%, superando a meta atuarial estabelecida para o período.

Após a apresentação, foi aberto espaço para questionamentos dos membros do Comitê de Investimentos e dos Conselheiros do CEPRE. A Conselheira Albanira Cordeiro questionou acerca do parcelamento de dívidas do Governo junto ao Instituto. Rodrigo Alves Lopes informou que

havia sido realizado parcelamento de valores devidos ao Instituto, estimados em aproximadamente R$ 1 bilhão, ressaltando que não possuía, naquele momento, informações definitivas quanto ao início dos pagamentos.

O Presidente Bruno Conti Sequeira Leite e Silva esclareceu que, após o início dos pagamentos, os recursos deverão ingressar na conta única e seguir a Política de Investimentos, sendo inicialmente aplicados e posteriormente realocados conforme as estratégias definidas pela Diretoria de Investimentos. O membro Patrik Coelho de Oliveira confirmou que o parcelamento havia sido realizado recentemente e informou que, conforme os valores forem recebidos pela Diretoria de Arrecadação, deverão ser aplicados inicialmente em fundo DI e, posteriormente, realocados conforme as estratégias previstas na Política de Investimentos.

5. DELIBERAÇÕES/ENCAMINHAMENTOS

Após a apresentação e os esclarecimentos realizados, não foram registradas deliberações adicionais acerca do Relatório de Investimentos referente ao mês de agosto de 2026.

Quanto aos valores decorrentes do parcelamento de débitos mencionado durante a reunião, ficou registrado que, após o efetivo recebimento pela Diretoria de Arrecadação, os recursos deverão ser inicialmente aplicados em fundo DI e, posteriormente, realocados de acordo com as estratégias estabelecidas na Política de Investimentos.

6. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Comitê de Investimentos agradeceu a participação de todos e, após os esclarecimentos prestados pelo membro Rodrigo Alves Lopes, declarou encerrada a reunião 15h40. Para constar, eu, Jairo Pereira da Silva, Secretário do Comitê de Investimentos – COINV, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros do COINV. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às . Para constar, eu, Jairo Pereira da Silva, Secretário do Comitê de Investimentos - COINV, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros presentes.

Documento assinado eletronicamente por **Bruno Conti Sequeira Leite e Silva**, **Presidente do Comitê de Investimento**, em 29/09/2026, às 13:00, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Alves Lopes**, **Membro do COINVEST**, em 30/09/2026, às 08:34, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Kelvem Márcio Melo de Almeida**, **Membro do COINVEST**, em 01/10/2026, às 09:25, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Sissi Maria Passelli Terossi**, **Membro do COINVEST**, em 01/10/2026, às 09:32, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Patrik Coelho de Oliveira**, **Membro do COINVEST**, em 19/10/2026, às 11:25, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Jairo Pereira da Silva**, **Secretário do COINVEST**, em 10/11/2026, às 22:53, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço https://sei.rr.gov.br/autenticar informando o código verificador **24437582** e o código CRC **C74AB2FB**.

Governo do Estado de Roraima
Instituto de Previdência do Estado de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

ATA

ATA DA 746 ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - COINV E DO CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES - CEPSM

Aos 29 dias do mês de setembro de 2026, às 15h, realizou-se reunião conjunta, por meio de videoconferência, entre os membros do Comitê de Investimentos - COINV e do Conselho Estadual de Proteção Social dos Militares - CEPSM, com a finalidade de apresentação e apreciação do **Relatório Mensal de Investimentos referente ao mês de agosto de 2026**, abrangendo o desempenho da carteira de investimentos do Sistema de Proteção Social dos Militares de Roraima - SPSMR, seguida da manifestação dos conselheiros acerca dos resultados apresentados.

1. PRESENÇAS

Participaram da reunião os membros abaixo relacionados:

- Bruno Conti Sequeira Leite e Silva - **Presidente**;
- Kelvem Márcio Melo de Almeida - **Membro**;
- Patrik Coelho de Oliveira - **Membro**;
- Sissi Maria Passelli Terossi - **Membro**; e
- Jairo Pereira da Silva - **Secretário**.

Também participaram os demais membros do Conselho Estadual de Proteção Social dos Militares.

2. ORDEM DO DIA

I - Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos referente ao mês de agosto de 2026;

II - Exposição dos resultados e da evolução da carteira de investimentos do Sistema de Proteção Social dos Militares de Roraima - SPSMR;

III - Apresentação da estratégia de alocação, cenário macroeconômico, composição da carteira, liquidez e métrica de risco;

IV - Apresentação do enquadramento da carteira perante a Resolução CMN n. 5.272, de 2025, e a Política de Investimentos; e

V - Manifestação dos membros do Conselho acerca das informações apresentadas.

3. DESENVOLVIMENTO

O Presidente do Conselho Estadual de Proteção Social dos Militares - CEPSM declarou aberta a reunião, cumprimentou os participantes e, em seguida, o membro do Comitê de Investimentos - COINV, Kelvem Márcio Melo de Almeida, em nome do Presidente do Comitê de Investimentos, Bruno Conti Sequeira Leite e Silva, deu as boas-vindas aos novos membros do Conselho Estadual de Proteção Social dos Militares - CEPSM. Na oportunidade, informou que faria a apresentação do Relatório Mensal de Investimentos referente ao mês de agosto de 2026.

Na sequência, iniciou a apresentação do Relatório Mensal de Investimentos do Sistema de Proteção Social dos Militares de Roraima - SPSMR, referente ao mês de agosto de 2026, elaborado pelo Comitê de Investimentos, tendo como fonte o relatório mensal de acompanhamento da carteira de investimentos do IPER, de competência de agosto de 2026.

Inicialmente, apresentou o panorama geral da carteira de investimentos, destacando a evolução do patrimônio líquido e da rentabilidade. Informou que, no mês de agosto de 2026, a carteira apresentou rentabilidade de 1,11%, enquanto a rentabilidade acumulada no período alcançou 9,33%, ressaltando a evolução patrimonial dos recursos ao longo do exercício.

Prosseguindo, esclareceu que os valores e informações apresentados são extraídos do relatório mensal elaborado pela empresa responsável pelo acompanhamento da carteira, encaminhado à Diretoria de Investimentos, sendo utilizado pelo Comitê de Investimentos para a realização do acompanhamento e da análise dos investimentos.

Em relação ao desempenho da carteira frente à meta atuarial, informou que, no mês de agosto, a rentabilidade alcançou 1,11%, superando a meta atuarial mensal de 0,13%, correspondente a desempenho superior em 0,98 ponto percentual. No acumulado do exercício, a rentabilidade atingiu 9,33%, enquanto a meta atuarial acumulada correspondeu a 6,93%, resultando em desempenho superior de 2,40 pontos percentuais.

Na sequência, apresentou informações relativas ao cenário macroeconômico e seus impactos sobre a carteira. Destacou que a taxa SELIC permanece em patamar elevado, apesar dos movimentos recentes de redução, circunstância que favorece a estratégia de alocação predominante em renda fixa. Abordou, ainda, o comportamento da inflação e a estabilidade dos mercados externos, ressaltando a baixa exposição da carteira à renda variável.

Quanto à composição da carteira, destacou a predominância de investimentos em renda fixa, correspondente a 99,76% dos recursos, enquanto a renda variável representa 0,24%, equivalente a aproximadamente R$ 1,57 milhão. Ressaltou que a exposição à renda variável permanece dentro dos limites estabelecidos pela regulamentação vigente.

Prosseguindo, apresentou o enquadramento das alocações perante a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN n. 5.272, de 2025, destacando que os investimentos permanecem dentro dos limites regulamentares. Informou que a alocação em títulos públicos de renda fixa corresponde a aproximadamente 99,74%, a renda fixa ETF corresponde a 0,02%, enquanto a renda variável representa 0,24%, permanecendo as aplicações em conformidade com os limites apresentados.

Em seguida, apresentou a arquitetura da carteira e sua estrutura de liquidez, destacando que 97,48% dos recursos possuem liquidez de até 30 dias, correspondendo a aproximadamente R$ 632,35 milhões. Informou, ainda, que 1,30% dos recursos encontra-se na faixa de liquidez entre 181 e 365 dias e 1,22% acima de dois anos. Ressaltou que a estrutura apresentada proporciona significativa disponibilidade financeira para o cumprimento das obrigações correntes do Sistema.

Quanto à métrica de risco apresentada no relatório, informou que o indicador correspondeu a 0,07%, considerando a metodologia baseada em período de 12 meses e 252 dias úteis. Destacou que o percentual observado representa uma baixa exposição ao risco dentro da

metodologia apresentada, mesmo diante das incertezas existentes no mercado financeiro e de fatores econômicos e governamentais que podem afetar os investimentos.

Na sequência, destacou a previsibilidade da carteira para o cumprimento das obrigações correntes relacionadas ao pagamento de benefícios, reservas, reformas e pensões, ressaltando a elevada parcela dos recursos com liquidez no curto prazo.

Prosseguindo, apresentou a estrutura de governança relacionada à deliberação, execução e fiscalização dos investimentos, destacando a atuação do CEPSM, do Comitê de Investimentos, da unidade gestora e das unidades administrativas, bem como o papel do Comitê de Investimentos no assessoramento e na análise das matérias relacionadas aos investimentos quando demandado pelo Conselho.

Em relação à transparência e à excelência institucional, destacou a observância dos limites estabelecidos na Resolução, o cumprimento da Política de Investimentos e a inexistência de desvios de estratégia registrados no mês de agosto de 2026. Informou, ainda, que os investimentos estão estruturados junto a instituição financeira de primeira linha, sendo o Banco do Brasil responsável pela gestão e administração dos recursos, conforme apresentado.

Ao final da apresentação, destacou três aspectos relacionados ao desempenho do Sistema: a evolução patrimonial; o desempenho da carteira, representado pela rentabilidade acumulada de 9,33%, superior à meta atuarial acumulada em 2,40 pontos percentuais; e a sustentabilidade do Sistema, relacionada à conformidade legal e à capacidade de cumprimento das obrigações.

Encerrada a exposição, o membro do Comitê de Investimentos colocou-se à disposição dos membros do Conselho para eventuais questionamentos e esclarecimentos complementares.

Na oportunidade, o Conselheiro Julio Cesar agradeceu e parabenizou o expositor pela apresentação e pela disponibilidade em compartilhar as informações, ressaltando a importância dos dados apresentados para o cumprimento das atribuições previstas para o Conselho.

Em seguida, o Conselheiro Abel Dias agradeceu ao Conselheiro Kelvem Márcio Melo de Almeida pela dedicação e pela forma didática como apresentou o conteúdo, destacando que parte dos membros se encontra no início do mandato e que as informações contribuíram para a compreensão dos dados relacionados aos investimentos. Também manifestou satisfação com a atuação do Conselho Fiscal junto ao Instituto de Previdência e com a adoção de boas práticas administrativas na gestão dos recursos.

Na sequência, o Conselheiro Kelvem Márcio Melo de Almeida informou que o documento apresentado poderia ser compartilhado com os conselheiros para consulta e eventual análise das informações apresentadas.

Posteriormente, o Conselheiro Alex da Silva Gomes agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Comitê de Investimentos, destacando a importância de conhecer a situação dos recursos, especialmente quanto à segurança e à rentabilidade dos investimentos.

Por fim, o Presidente do Conselho agradeceu a participação do expositor e manifestou satisfação com as informações apresentadas, ressaltando a importância do acompanhamento dos resultados dos investimentos para assegurar os recursos destinados às futuras aposentadorias e pensões dos militares.

Em seguida, o Conselheiro Kelvem Márcio Melo de Almeida agradeceu as manifestações em nome do Comitê de Investimentos, especialmente do Presidente Bruno Conti Sequeira Leite e Silva, reafirmando a disponibilidade do Comitê para prestar os esclarecimentos e fornecer as informações necessárias ao aprimoramento dos trabalhos.

Ao final, foi manifestado o interesse na realização de visita ao Instituto, com o objetivo de possibilitar o conhecimento pessoal entre os membros do Conselho e do Comitê de Investimentos e ampliar o conhecimento acerca das atividades desenvolvidas pelo Comitê.

4. DELIBERAÇÕES/ENCAMINHAMENTOS

Ao final da reunião, foram definidos os seguintes encaminhamentos:

- Registrar ciência, pelo Conselho Estadual de Proteção Social dos Militares - CEPSM, dos resultados apresentados no Relatório Mensal de Investimentos referente ao mês de agosto de 2026;
- Registrar as informações apresentadas acerca da rentabilidade da carteira, da composição dos investimentos, da liquidez, da métrica de risco e do enquadramento regulatório;
- Disponibilizar aos membros do Conselho o documento apresentado durante a reunião, para consulta e eventuais esclarecimentos.

5. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, às 15h25min, o Presidente do Conselho Estadual de Proteção Social dos Militares agradeceu a presença dos participantes e ressaltou a importância das informações apresentadas pelo Comitê de Investimentos para subsidiar as atividades de acompanhamento exercidas pelo Conselho.

Em seguida, o membro do COINV, Kelvem Márcio Melo de Almeida, agradeceu a participação dos conselheiros e, em nome do Comitê de Investimentos, reafirmou a disponibilidade para prestar os esclarecimentos e fornecer as informações que se fizerem necessárias ao aprimoramento dos trabalhos.

Eu, Jairo Pereira da Silva, Secretário do Comitê de Investimentos - COINV, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Alves Lopes**, **Membro do COINVEST**, em 01/10/2026, às 09:24, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Kelvem Márcio Melo de Almeida**, **Membro do COINVEST**, em 01/10/2026, às 09:26, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Sissi Maria Passelli Terossi**, **Membro do COINVEST**, em 01/10/2026, às 09:33, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Patrik Coelho de Oliveira**, **Membro do COINVEST**, em 19/10/2026, às 11:24, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Jairo Pereira da Silva**, **Secretário do COINVEST**, em 10/11/2026, às 22:56, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço https://sei.rr.gov.br/autenticar informando o código verificador **24450310** e o código CRC **CFC588FF**.